

**AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO E O LAZER:
APONTAMENTOS E PERSPECTIVAS FRENTE ÀS POSSIBILIDADES DE
SUPERAÇÃO DA ORDEM BURGUESA**

Dener Matteazzi de Jesus
Edson Marcelo Húngaro

RESUMO

Uma série de transformações na esfera produtiva consolidou novas formas de gestão e organização das forças produtivas acarretando o enfraquecimento do movimento operário. A crise do socialismo real assim como a ofensiva neoliberal são apenas alguns dos determinantes da referida crise. Com isso, a legitimidade do trabalho como categoria fundante do ser social é questionada pelo pensamento contemporâneo; alguns afirmam o fim da sociedade do trabalho, e em seu lugar, propõem novas teorias evocando a “sociedade do lazer”. Levando em conta este quadro, o presente estudo analisa as possibilidades de uma nova sociabilidade que supõe a superação da ordem burguesa.

Palavras-chave: lazer, mundo do trabalho e neoliberalismo.

ABSTRACT

A series of transformations in the productive sphere consolidated new forms of management and organization of the productive forces causing the weakness of the working-class movement. The crisis of the offensive real socialism as well as the neoliberal one is only some of the determinative ones of the related crisis. With this, the legitimacy of the work as fundante category of the social being is questioned by the thought contemporary; some affirm the end of the society of the work, and in its place, they consider new theories evoking the “society of the leisure”. Taking in account this picture, the present study it analyzes the possibilities of a new sociability that assumes the overcoming of the bourgeois order.

Key-words: leisure, world of the work and neoliberalism.

RESUMEN

Una serie de transformaciones en la esfera productiva consolidó nuevas formas de gerencia y la organización de las fuerzas productivas que causaban la debilidad del movimiento de la clase obrera. La crisis del socialismo verdadero ofensivo así como el neoliberal uno es solamente algunas las determinativas de la crisis relacionada. Con esto, la legitimidad del trabajo como categoría del fundante de ser social es preguntada por el contemporáneo del pensamiento; algunos afirman el extremo de la sociedad del trabajo, y en su lugar, consideran nuevas teorías que evocan la “sociedad del ocio”. Admitiendo cuenta este cuadro, el actual estudio analiza las posibilidades de una nueva sociabilidad que asuma la superación de la orden burguesa.

Palabras claves: ocio, mundo del trabajo y neoliberalismo.

“[...] na produção social da sua vida os homens entram em determinadas relações, necessárias, independentes da sua vontade, relações de produção que correspondem a uma determinada etapa de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade destas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem determinadas formas da consciência social. O modo de produção da vida material é que condiciona o processo da vida social, política e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, inversamente, o seu ser social que determina a sua consciência.”

Karl Marx, Prefácio à “Contribuição à Crítica da Economia Política”.¹

Introdução

Em meados da década de 1970, uma crise recessiva da economia alterou significativamente o quadro das relações produtivas de grande parte dos países chamados desenvolvidos, decretando o fim dos “anos de ouro” de crescimento capitalista. A introdução de novas tecnologias, bem como a flexibilização da produção, a horizontalização e o enxugamento das estruturas hierárquicas verticalizadas do modelo de produção taylorista/fordista; a chegada da robótica, da microeletrônica e da automação na indústria fabril, trouxeram consigo, consequências catastróficas para a classe trabalhadora.

Conjuntamente com esse processo que levou a sociedade a mudanças importantes, pudemos presenciar também a legitimação da chamada ofensiva neoliberal. Esse movimento, em linhas gerais, pode ser caracterizado como uma espécie de fio condutor, a base legitimadora, juridicamente falando, ou mesmo o elemento subjetivo do processo de metamorfoseamento do mundo do trabalho; tendo suas bases teóricas assentadas numa espécie de revitalização do pensamento liberal clássico, o neoliberalismo, ou melhor, os neoliberais iriam tratar de realizar a transformação da administração estatal em favor do interesses do capital; a privatização — que ocorreu em escalas diferenciadas em determinados setores da economia — assim como também a solidificação das bases para um novo tipo de conduta da esfera legislativa, operando por meio de constantes reformas, ajustes, reeleições e em alguns casos, abandono dos ditames constitucionais, bem como as disputas pelos fundos públicos estatais, têm levado muitos trabalhadores até então garantidos por direitos considerados básicos, à experimentação de um tipo de desproteção social que resulta na involução dos patamares civilizatórios da humanidade para níveis deficitários até então inimagináveis.

Em meio a este complexo processo tem se desenvolvido desde a década de 1960 um movimento teórico imbuído de explicar a realidade da sociedade contemporânea, cuja expressão mais bem acabada provém da chamada “teoria crítica”; esse movimento caracteriza-se por problematizar os fundamentos da obra marxiana, principalmente aquilo que diz respeito à teoria do valor trabalho. Estudiosos como Claus Offe, André Gorz e Jürgen Habermas entre outros, lidam com essa temática a partir de concepções

¹ www.marxists.org. Link: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1859/01/prefacio.htm>. Acesso: 06/04/2009.

distintas, sem, no entanto, romper com o resultado último de suas pesquisas e análises, qual seja, a suposta perda de centralidade da categoria trabalho enquanto elemento fundante da práxis humana; estes resultados ainda vão mais além ao serem identificadas suas influências no pensamento acadêmico atual. No campo de estudos do lazer não é diferente, uma vez que personalidades como Domenico de Masi e outros têm defendido estas projeções e feito muito sucesso.

É a partir desse contexto desfavorável para a classe trabalhadora que advém a necessidade de se estabelecer uma espécie de “crítica à crítica”, com o intuito de recuperar a leitura da obra de Marx a fim de apresentar a validade de suas análises sobre o capital ainda nos dias de hoje, uma vez que os fundamentos da sociedade capitalista ainda são perceptíveis (embora o clima enevoado do atual momento faça desvanecer este aspecto); propõe-se, portanto, uma análise crítica conjuntural como meio de comprovar-se esta afirmação o que de longe, não representa tarefa das mais simples.

Crise do capital, reestruturação produtiva e ofensiva neoliberal

O fim dos anos 70 e início da década de 1980 foi marcado por profundas transformações que alteraram significativamente as relações envolvendo capital e trabalho. Do ponto de vista da produção, os países de capitalismo avançado experimentaram a entrada de novas tecnologias, assim como de processos onde a flexibilização dos tempos e operações laborais, a horizontalização e enxugamento das estruturas hierárquicas próprias do antigo, mas não ainda obsoleto, modelo de produção baseado no binômio taylorismo/fordismo, além da chegada da robótica, da microeletrônica e da automação na indústria fabril, trouxe conseqüências problemáticas para o entendimento da atual conjuntura. Em outras palavras, o processo de reestruturação produtiva representou uma série de metamorfoses no mundo do trabalho.²

A fase áurea do capitalismo que se estendeu do período pós-guerra ao início dos anos setenta houvera registrado os maiores índices de crescimento de todos os tempos. Aliado a uma ampla cobertura estatal, naquilo que tange a garantia de direitos sociais, essa fase “dourada” do modo de produção capitalista guarda características muito peculiares em relação a outros momentos históricos; as políticas sociais nesse período alcançaram o estatuto de direitos universais em muitos países, ou seja, direitos e deveres do Estado extensivos a uma ampla participação cidadã. O modelo social-democrata keynesiano apresentou-se naquele momento como uma alternativa eficiente para conter as possibilidades crescentes de adesão ao socialismo, induzindo o proletariado dos países desenvolvidos a não-realização de seu projeto histórico de ruptura com o ordenamento burguês.

Por conta do acirramento da concorrência capitalista, ou seja, da diminuição dos diferenciais de produtividade, e das conseqüentes quedas nas taxas de lucro das grandes empresas é que começa a se instaurar um novo período de crise recessiva nas economias de mercado daqueles países. Do ponto de vista da classe trabalhadora, as experiências surgidas a partir desse contexto foram as mais desastrosas. Grande parcela do contingente de trabalhadores do setor fabril foi excluída de sua base produtiva cedendo espaço à incrementação tecnológica proveniente do novo maquinário industrial,

² Cf. ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?!**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 2005.

financiado por meio de grandes empréstimos e linhas de crédito oferecidas pelo setor financeiro, naquele momento, em fase germinal de ascensão. Por outro lado, setores como o de comércio e serviços ampliaram o número de contratações, sem, contudo, apresentar saldos positivos frente o aumento considerável do desemprego.

Os que permaneceram empregados, ou que se qualificaram a fim de poderem ser inseridos de volta nas fábricas, tiveram que se adequar às novas exigências. Aquele proletariado, herdeiro do fordismo, vem dando lugar a um novo tipo de trabalhador, o “colaborador”, mais ajustado às novas formas de gestão provenientes da lógica do trabalho em equipe, da polivalência, do controle de qualidade, da flexibilização da jornada de trabalho, da terceirização, do trabalho *part time*, da produção *Just in time*, etc., ditando desde então, novos parâmetros de exploração da força de trabalho.

Mais do que uma medida de conter gastos, o deslocamento dos trabalhadores para o subemprego cumpre uma agenda muito mais avassaladora. A fragmentação do proletariado contemporâneo cumpre uma lógica conservadora cara aos pressupostos neoliberais, que atinge exclusivamente os sindicatos e demais órgãos representativos da classe trabalhadora, promovendo assim, o enfraquecimento dos movimentos sociais em todo o planeta. A resposta mais drástica a essa crise, no entanto, ainda é o desemprego. Mesmo nos países centrais as taxas de desemprego subiram consideravelmente e hoje, operam em uma constante. Somente nos últimos anos, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), cerca de 180 milhões de pessoas no mundo perderam o emprego; destas, a maior parte se encontra habitando as regiões menos desenvolvidas, como é o caso da América Latina, Caribe e África subsaariana.³ No Brasil, a título de exemplo, as taxas de desemprego entre os anos de 2001 e 2004 operavam acima dos 10% de sua População em Idade Ativa (PIA).

Como foi dito no início deste ensaio, estas transformações no mundo do trabalho não ocorreram desprovidas de um aparato ideológico que as sustentasse. A emergência da chamada ofensiva neoliberal marca o estabelecimento de novas formas de administração do Estado e da economia mundial, reforçando o ambiente hostil a qualquer tentativa contra-tendente à busca incessante e feroz pelos “superlucros”⁴ do capital.

Surgido sob o contexto da Segunda Guerra Mundial, as idéias neoliberais só foram realmente postas em prática a partir da década de oitenta do século passado, período no qual a crise recessiva do capital atingiu não só os países em que o Estado de bem-estar social vigorou, mas também, só que mais tarde, os países da linha de baixo do equador. Visto sob esse ponto de vista, a crise global que vem afetando o mundo contemporâneo nas últimas três décadas tem revelado, de acordo com Netto (1995), a possibilidade de uma regressão social da qual o neoliberalismo é seu correspondente imediato.

Friedrich Hayek e Milton Friedman são considerados os pais do neoliberalismo; Hayek, no ano de 1944, publicou em seu livro “O caminho da servidão”, texto que Anderson (1995) considera como o principal difusor da crítica anti-keynesiana e de seu modelo político-econômico assentado no Estado de bem-estar social. Entretanto, a situação econômica daquele momento impossibilitava a tomada de um programa desse

³ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Tendencias Mundiales del Empleo 2008. Arquivo eletrônico disponível em: www.oit.org.br.

⁴ Cf. MANDEL, Ernest. **O Capitalismo tardio**: Tradução. Carlos Eduardo da Silva Matos e outros. 2.ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

tipo. Vale lembrar que o capitalismo mundial vivia sua fase mais próspera, seus “anos de ouro”.

Somente anos mais tarde é que tais propostas passariam a adotar uma forma mais concretizada; eram os anos de crise do capital, cuja envergadura, como foi visto sinteticamente, alcançou as mais desastrosas proporções. A inédita estagflação (uma combinação de estagnação econômica com inflação dos preços das mercadorias), representada em sua maior significância pela crise do petróleo, nada mais representou do que uma crise própria ao movimento do capital.

Nos EUA, os investimentos destinados à produção bélica foram estimulados pelo ambiente concorrencial estabelecido a partir do início da guerra-fria, o que fez com que o país contraísse a sua maior dívida pública até então vista. Entretanto, a condição de maior potência econômica gozada pelo país possibilitou a manutenção de um *status quo* relativamente estável. Por outro lado, pôde-se presenciar a adoção de algumas medidas pontuais para a saída da crise que havia sido instaurada naquele momento, tais como a da redução de impostos em favor dos ricos, a elevação das taxas de juros, além da neutralização de uma única greve, ocorrida durante sua gestão.

Na Inglaterra, o ataque de Thatcher ao movimento operário inglês, por sua vez, alcançou proporções gigantescas, e até mesmo, por que não, catastróficas, uma vez que as transformações realizadas durante a sua gestão contribuíram para o desmantelamento das estruturas que sustentavam a força do sindicalismo naquele país. Iniciativas como a redução do número de empresas estatais, assim como a retração de postos de trabalho no setor da indústria, provocadas pela incrementação técnico-administrativa da produção no interior desta, terminou por afetar inclusive a forma de ser da classe trabalhadora britânica. O próprio movimento sindical, que representava uma força bipartite, — estruturada sobre duas frentes de combate, uma política (representada pelo partido trabalhista, o *Labour Party*); e outra de base sindical, da qual o *Trades Union Congress* (TUC) era seu maior representante, cujo traço de singularidade em relação aos movimentos sindicais de outros países europeus é devedor justamente desse tipo de conformação política em duas frentes — experienciou a mais aguda crise já documentada de sua história.

Contudo, não foram estas as únicas experiências que representaram o monetarismo de viés neoliberal pelo mundo. Além destas, poder-se-ia citar o exemplo das medidas de cunho orçamentário adotadas pelos governos da Europa ocidental; Itália, França, Espanha, Alemanha e Áustria são apenas alguns desses exemplos. Assim como no oeste, o leste europeu também pôde presenciar a iniciativa neoliberal através dos “reformadores” da economia decadente que restou após o fim da URSS. Anderson⁵, mais uma vez inclusive, postula os governos de Klaus, na República Tcheca, de Balzerovicz, na Polônia e Gaidar, na Rússia, como os mais intransigentes neoliberais do mundo à época.

Na América Latina os efeitos das iniciativas neoliberais puderam ser sentidos mais tardiamente, muito embora sua força de aplicação tivesse sido tão grande quanto a daqueles a pouco citados. A experiência do Chile, comandado então pelo General Pinochet, entretanto, não pode ser enquadrada nesse paradigma, uma vez que suas incursões foram as primeiras do ciclo neoliberal na história contemporânea. Quase dez anos antes de Thatcher, Pinochet já havia dado início à programática de desregulamentação, desemprego massivo, repressão sindical, redistribuição de renda em favor dos mais ricos e privatizações do setor público. A Bolívia, a exemplo do Chile,

⁵ *Idem.*

também foi berço das investidas neoliberais bem antes da Inglaterra e do reformismo do leste europeu; há que se dizer, no entanto, que a experiência chilena se deu sob um contexto de forte regime ditatorial, aliás, próprio dos governos latino-americanos do período pós-guerra.

Argentina, Brasil, Peru e Venezuela também adotaram o neoliberalismo como parte integrante de suas agendas políticas locais, cada qual a seu modo, sem, no entanto, procurar estabelecer à risca os pressupostos da nova ordem econômica mundial. Atualmente, Venezuela e Bolívia abrem um cenário de relativa esperança, uma vez que, ao menos ideologicamente, Hugo Chávez e Evo Morales pareçam contrapor-se à lógica destrutiva do livre mercado global. Há ainda, casos como o do Equador — e seu recém eleito presidente, Rafael Correa, apontado como aliado de Chávez e Morales — e da Colômbia de Uribe, este por sua vez, claramente afeto ao ex-presidente George W. Bush, destacado pelo combate intransigente com as FARC (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia). No caso brasileiro, tais iniciativas começaram a ser administradas sob a direção de Fernando Collor de Melo, aprofundando-se em seguida no governo de Fernando Henrique Cardoso e consolidando-se pelo atual presidente, Luís Inácio “Lula” da Silva, muito embora o debate presente em torno dessa questão seja extremamente polêmico e o seu terreno imensamente estrepitoso.

Adeus ao trabalho? Sociedade do lazer? O marxismo frente a frente com as novas determinações do mundo contemporâneo

A dinâmica das atuais determinações do mundo do trabalho vem se apresentando cada vez mais complexa, de modo que as considerações aqui desenvolvidas por enquanto apenas apontam sinteticamente alguns aspectos pelos quais se torna possível entender a referida crise que abalou as bases estruturais da economia de mercado nos últimos anos.

Acredita-se que o campo de estudos do lazer encontra-se permeado tanto pelo discurso pós-moderno, donde derivam as teorias defensoras do “fim da história”, do “fim do trabalho”, do “fim do proletariado” etc., quanto pelo discurso idealista, que procura no resgate ao ócio perdido a saída alternativa para o lazer consumista; no entanto, também se percebe que os estudos na área do lazer não apenas se encontram amarrados a esse tipo de racionalidade. A reflexão que se passa no interior do pensamento marxista, orienta uma série de estudos que contemplam o legado da obra marxiana e tudo aquilo que se pensou e ainda se pensa a respeito do estudo do trabalho enquanto categoria central e esfera ontológica da humanidade, fazendo-se presente principalmente enquanto alternativa contra-tendente à relativização imposta pelos apoletas do capital.

A problemática que atualmente envolve o campo do lazer circunda em torno da compreensão das categorias tempo de trabalho e tempo livre, fomentando uma série de discussões e debates que impossibilitam uma afirmação precisa acerca da existência de discursos unívocos sobre esses assuntos. Apesar da ambigüidade conceitual que envolve e polariza o debate pós-moderno do marxismo, o que se tem notado é um pequeno e relativo ponto de encontro naquilo que tange à percepção de ambas vertentes a respeito das mutações ocorridas nas relações de produção e reprodução sociais nos últimos anos, encerrando-se tão-somente aí estas semelhanças.

A confusão que se dá a partir da interpretação das categorias ócio e lazer como categorias indistintas, representativas de um fenômeno supra-histórico tem estado presente em diversas abordagens da área. Muito embora haja elementos do ócio grego

presentes na cultura e vida burguesas, seu tele-transporte de uma época a outra pode resultar em um erro terrível. Por conta destas interpretações um tanto quanto equivocadas é que uma série de estudiosos vem trilhando suas ações, o que, numa escala ampliada, nos conduz a uma visão desfigurada da realidade. Mascarenhas (2006) apresenta, grosso modo, duas vertentes que, embora distintas na sua concepção de mundo, aproximam-se naquilo que tange a consideração da busca no ócio a solução para os problemas da contemporaneidade.

A primeira delas é aquela que se mostra disposta a criticar as atuais determinações do lazer contemporâneo na medida em que denuncia seu afastamento da noção clássica de ócio. Em verdade, esta tendência propugna por um resgate ao “ócio perdido”, ou seja, um resgate aos valores e princípios humanistas praticados no passado pelas sociedades do período clássico julgando-os serem capazes de redirecionar as ações dos homens no presente. Em suma, o lazer seria tanto mais verdadeiro quanto mais se aproximasse do ócio grego.

Sebastian De Grazia é, segundo o autor, o maior representante dessa tendência na área de estudos do lazer. Suas proposições não compreendem o lazer enquanto fenômeno ligado à esfera do tempo livre; pelo contrário, sua concepção de lazer é estritamente condicionada pela esfera do não-trabalho, o que para ele, portanto, é muito difícil de ser concebido nos dias de hoje por conta das imposições do mercado de trabalho. Apenas para um grupo “seleto” de pessoas (músicos, artistas, escritores etc.) é que o lazer, de acordo com sua visão, poderia ser realmente vivenciado enquanto fim em si mesmo.

A segunda vertente por sua vez, é aquela que se alinha à razão instrumental. Da mesma forma que a primeira ela busca no ócio da antiguidade, elementos como a atividade criativa e o exercício do livre pensar inerentes à condição de liberdade intrínseca aos cidadãos gregos para elaborar sua argumentação em favor da economia do ócio.

Ainda conforme Mascarenhas⁶,

“Mais que um saudoso e por vezes até bem intencionado *elogio ao ócio* — como é o caso da primeira tendência — a segunda vai além, dedica-se a uma verdadeira *exaltação do ócio*, tomando-o como panacéia para todo o tipo de problema socioeconômico hoje existente.”. (p. 81).

Um dos principais representantes dessa vertente no campo do lazer é Domenico De Masi. Tendo como pressuposto a falaciosa tese do fim do trabalho, ele recupera elementos próprios da noção clássica de ócio para fundamentar sua tese, profetizando uma vida futura em que a humanidade sustentaria sua subsistência sem a necessidade de trabalhar.

“Chegamos a um ponto de inversão de rota, talvez irreversível: pela primeira vez, após a civilização grega, o trabalho já não representa mais a categoria geral que explica o papel dos indivíduos e da coletividade. Pela primeira vez, depois da Atenas de Péricles, são o tempo livre e a capacidade de valorizá-lo que determinam o nosso destino não só cultural

⁶ *Idem.*

como também econômico.” (DE MASI, 2001, p.12. apud MASCARENHAS, 2006, p. 82).

Esta teorização aparentemente estaria a serviço das lutas reivindicatórias pela redução da jornada de trabalho, apresentando-se inclusive enquanto discurso científico e político em favor de uma empreitada de viés emancipatório; no entanto, suas constatações norteiam-se a partir de uma errônea interpretação acerca de três aspectos, quais sejam: o da reestruturação produtiva que a cada dia prescinde mais dos grandes contingentes de força de trabalho em favor da automação e da robótica no meio industrial; da consideração de que cada vez mais pessoas substituem o trabalho mecanizado, padronizado, fragmentado, especializado, repetitivo, insalubre etc., por novas formas de empregabilidade da mão-de-obra de trabalho em tarefas que exigem cada vez mais o uso da criatividade; e de que, ao contrário de outras épocas, o chamado tempo livre não mais se percebe enquanto período de tempo separado daquele destinado ao ato laborativo. O que se sente, de acordo com De Masi, é cada vez mais a mescla, confusão entre estes, o que terminaria por descaracterizar a rigidez dos tempos de outrora.

Desse modo, De Masi apresenta sua tese do ócio criativo, resultado daquilo que pode se denominar como a junção do “trabalhador criativo” ao “ócio ativo”. Vale ressaltar que seja desconsiderada nesta tese a possibilidade de superação da ordem burguesa; no máximo, o que se pretende é estabelecer um novo tipo de sociabilidade sem abandonar as estruturas solidificadas do sistema de metabolismo social baseado na economia de mercado. De Masi parece ignorar o atual quadro do desenvolvimento capitalista, cada vez mais desigual, estimulado pela concorrência brutal sinicamente defendida pelos ideólogos do neoliberalismo; além disso ele também parece não se dar conta do quadro atual de degradação das condições de vida da classe trabalhadora, da situação alarmante do desemprego estrutural, da crescente subproletarização, subcontratação, além é claro, do ambiente de constantes reformas previdenciárias e trabalhistas consideradas pelos entusiastas da economia como causadoras do déficit público e que tanto encarecem os credores do FMI e do Banco Mundial.

É levando em consideração estes aspectos tão hipocritamente ignorados por De Masi que se pode afirmar o caráter reacionário de sua tese. Em nenhum momento se põe em pauta alguma discussão a respeito do trabalho alienado, da desefetivação que se opera nele, bem como a própria negação do ser humano. Em nenhum momento se problematiza acerca daquilo que Antunes (2003) toma emprestado de Meszáros em *Os Sentidos do Trabalho*, ou seja, o sistema de mediações de primeira e segunda ordens; ao contrário, para aquele, o trabalho nem é mais a categoria central, o elemento fundante que conduz a humanidade ao eterno desenvolvimento da espécie. É para ele o ócio, considerado como um fim em si mesmo, a essência dos seres humanos.

Lafargue (1999) escreveu certa vez um panfleto revolucionário chamado “O Direito à Preguiça”; mais do que uma crítica à religião do trabalho, ele realiza uma verdadeira ode à deusa Preguiça, senhora de todas as virtudes, capaz de conduzir os homens à felicidade tão almejada. No entanto, ele a faz a partir de uma severa crítica ao trabalho alienado, este sim causador das tristezas e flagelos daqueles que nada possuem a não ser suas próprias forças para dispensar em um período de tempo que nem ao menos é devidamente recompensado.

Por sinal, esse *ethos* do trabalho abstrato tão caro ao puritanismo burguês opera uma verdadeira inversão de valores; o trabalho que antes era visto como castigo, punição divina, por conta do pecado original, destino inexorável dos escravos e homens

livres empobrecidos da antiguidade, é hoje, virtude, meio de ascensão a uma vida dotada de prosperidade e realizações (de lucros, diga-se de passagem).

Embora se diga que a tese da economia do ócio apresente-se como uma perspectiva emancipatória sintonizada ao avanço das potencialidades tecnológicas incrementadas pela nova lógica de produção e reprodução em escala ampliada do capital, o fato é que cada vez mais, contingentes consideráveis da população que se encontram em condições de trabalhar, não conseguem lugar no mercado de trabalho; uma parcela crescente de pessoas em idade ativa vem sendo empregada numa rede de relações trabalhistas cada vez mais precarizada e insalubre.

Ao contrário daquilo que De Masi julga ser a tendência inexorável das atuais determinações da produção o que se percebe é que o tempo livre vem sendo verdadeiramente colonizado pelo trabalho abstrato. A declaração desse apologeta do capital é mais do que suficiente para atestá-lo:

“O trabalho criativo requer “tempo integral”: alguém empenhado em absorver um problema cuja solução comporte uma idéia nova (seja ele um artista, um publicitário, um profissional liberal, um empresário ou um artesão) não pode interromper o pensamento perdendo o fio da meada, como fazia o operário que, ao soar a sirene, largava o serviço na cadeia de montagem. Quando aquele que cria tem um problema na cabeça, seu cérebro trabalha sem cessar, esteja ele no escritório, em casa, acordado, dormindo, entre o sono e o despertar.”. (DE MASI, 2001, p. 15. apud MASCARENHAS, 2006, p. 85.).

Que o digam isso os milhares de trabalhadores submetidos dia e noite, por forças exteriormente impostas, a uma carga de trabalho explorada sem fim determinado. Que o digam isso aqueles que, embora representem uma minoria (atestando aí mais uma vez o equívoco de De Masi), continuam a trabalhar até mesmo no “conforto” de seus lares. Mais ainda, que o digam isto os cerca de um bilhão (!) de desafortunados, culpabilizados e humilhados dia e noite por estarem em uma condição da qual não possuem se quer condições de avaliar o porquê estão⁷; essa massa de desempregados e subempregados que habitam as mais diferentes regiões do planeta e têm que exercitar diariamente sua complacência com as irônicas entrevistas dos grandes homens do mercado afirmando existirem sim vagas de emprego em suas corporações, retransmitindo a culpa àqueles que não procuram direito, preguiçosos de todos os tipos, ou por aqueles que reclamam do cansaço e estresse do cotidiano; a esse tipo de fadiga somente os afortunados de nossa pirâmide social é que podem se render, afinal, suas preocupações são tantas, que, uma simples decisão administrativa de economia de recursos humanos pode vir a lhe causar uma gastrite. A benevolência dos grandes senhores da burguesia nos poupa desse tipo de enfermidade, uma vez que nos protegem de indigestões sempre conservando nossos estômagos vazios.

Aparentemente ele não se dá conta de que todo esse fenômeno tão exaltado nada mais é do que o reflexo da nova configuração do sistema produtor de mercadorias. O objetivo/fim de todo esse processo tão ruidosamente aclamado nada mais é do que a objetivação do processo de constante busca pela valorização do capital. Para atingir esse

⁷ ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). Tendências Mundiales del Empleo 2008. Arquivo eletrônico disponível em: www.oit.org.br. *Passim*.

objetivo não importa fazer vistas grossas à condição de barbárie a que nossa sociedade vem sucumbindo; a ética burguesa do trabalho abstrato desconsidera quaisquer tentativas de contenção das “forças cegas do mercado”, desde que uma única regra seja respeitada, e esta também, vale dizer, prescinde da existência do Estado, qual seja, a da livre concorrência.

Formação profissional em Educação Física: desafios e perspectivas frente à necessidade de superação da ordem burguesa

Nem panacéia, nem idealismo: aquilo que realmente necessitamos enquanto seres humanos é redefinir os sentidos do trabalho, que tanto quanto o tempo livre, encontram-se submetidos às determinações da lógica parasitária do capital. No caso do tempo livre, as práticas consumistas rondadas pela esfera da indústria cultural e de entretenimento vêm de certa forma tornando-se cada vez mais presentes no dia-a-dia das pessoas, pelo menos daquelas que conseguem ter acesso a estes bens produzidos, sejam eles materiais ou imateriais; além disso, a chamada colonização do tempo livre pelo tempo de trabalho também vem sendo motivo de preocupação para os estudiosos do lazer. As ululantes transformações engendradas no mundo da produção a partir da incrementação tecnológica trazem consigo conseqüências que afetam o cotidiano das pessoas envolvidas no jogo capitalista; o desemprego, a fome, a miséria já não mais são características de países do terceiro mundo. Os continentes ricos também vêm experimentando o sabor amargo dessa crise social. Portanto, não se trata apenas de tentar encontrar no lazer resíduos do ideal clássico de ócio, nem tampouco abdicar dos princípios éticos desenvolvidos ao longo de muitos anos por um pensamento tão bem elaborado como o foi na antiguidade; a questão é mais complexa que isso, ela abrange, na verdade, a possibilidade de real efetivação de uma vida com sentido para além da esfera produtora de mercadorias.

Não se pretende por em discussão aqui a relevância de se pensar práticas de cunho emancipatório estabelecidas no âmbito do tempo livre, assim como não se questiona a importância de estratégias orientadas à adoção de políticas de emprego com vistas à redução do desemprego articuladas também à conseguinte redução das jornadas de trabalho por todo o mundo; estas medidas, aliás, são por demais bem aceitas desde que não deixem de problematizar as reais condições de vida da classe trabalhadora e suas possibilidades de emancipação. De acordo com o movimento sindical, essa reivindicação é legitimada levando-se em conta o ambiente desfavorável em que se encontra o contingente de pessoas que vivem do trabalho; como foi visto anteriormente, os altos índices de desemprego têm contribuído para se verificar a situação paradoxal a que nos deparamos atualmente. Enquanto essa parcela populacional vem aumentando ano a ano, também os índices de produtividade das grandes corporações vêm atingindo números mais do que expressivos, demonstrando radicalmente a cisão estabelecida entre mundo rico e mundo pobre.

A crise mundial atinge hoje o setor financeiro, no entanto, suas conseqüências não se restringem apenas a esta esfera; o setor produtivo, que cada vez mais se faz valer de grandes empréstimos dos bancos para financiar a incrementação técnica na busca pelo aumento do diferencial produtivo e conseguinte valorização do capital também sofre com a crise. O empréstimo de dinheiro público para sanar o rombo das principais instituições financeiras e produtoras de mercadorias têm se caracterizado como uma espécie de saída pragmática para a crise. Cifras astronômicas do dinheiro público já

foram utilizadas em favor dos bancos, das montadoras e demais empresas que se encontram em dificuldades de manter em nível satisfatório, suas margens de lucro (!).

O campo da Educação Física ainda tem contribuído muito pouco para o desenvolvimento de propostas alternativas à problemática aqui apresentada. Enquanto profissão e disciplina acadêmica, voltada à compreensão dos mais variados aspectos que envolvem o movimento dos homens na sociedade, a Educação Física precisa também ampliar o seu interesse por essa temática tão complexa. A crise que hoje se instaura vem afetando todos os segmentos da classe trabalhadora, inclusive o nosso. Tanto o trabalho precário como o desemprego fazem parte da realidade dos profissionais de Educação Física; os cortes orçamentários anunciados pelo governo nos ministérios do Esporte e do Turismo já no início de 2009, o incremento tecnológico, bem como as formas de gestão sintonizadas com a flexibilização são apenas exemplo do reflexo e abrangência da crise social que se instaura e muitas vezes parece passar diante de nós de forma imperceptível.

Contra o espírito corporativo que hoje ronda todos os segmentos da classe trabalhadora é que devemos lutar. A importância das entidades representativas da classe trabalhadora, como os sindicatos e partidos devem se fazer atuantes não em prol da política do acordo, mas sim, em favor da luta e contraposição aos interesses da burguesia; seja na esfera produtiva ou reprodutiva devemos nos sensibilizar com a precariedade das atuais condições de trabalho e mesmo, por que não, da falta de trabalho.

A história já nos mostrou e nos vem demonstrando que a atual forma de organização das forças produtivas sob a feroz ofensiva desse selvagem capitalismo é insustentável sob diversos aspectos:

O primeiro deles abrange as relações sociais engendradas por meio dessa lógica de barbárie; violência, fome, desemprego, morte, ignorância etc., alastram-se pelo mundo como uma epidemia de difícil controle e que aparentemente parece irremediável em médio prazo.

O segundo aspecto diz respeito à crise ambiental; uma série de medidas vem sendo tomadas na direção da degradação da natureza em favor da lógica destrutiva do capital. Vivemos na sociedade do descartável, do supérfluo; da gradativa diminuição da taxa de valor-de-uso das mercadorias produzidas unicamente para a satisfação da necessidade de constante valorização do capital.

Aquilo que José Paulo Netto⁸ propõe enquanto alternativa à situação conjuntural é mais do que legítimo. Sem dúvidas, o caminho que devemos trilhar é aquele cuja orientação se deva à socialização dos meios de produção e quebra dos laços enfermos que a nossa sociedade estabelece com esse tipo de ordenamento societal desumano, próprio da ordem burguesa. Socialismo ou barbárie, esse é o dilema de nossos tempos atuais; um projeto político realmente voltado aos interesses da classe trabalhadora deve estar vinculado a uma radical reestruturação do ordenamento societal vigente em favor de outra lógica, qual seja, a da satisfação das necessidades humanas. O reino da liberdade só será concebível quando as ações dos homens livremente associados estiverem orientadas em favor da realização de suas necessidades. Estabelecer um processo de produção e reprodução societal a partir da realização das mediações de primeira ordem de que falava Meszáros é *conditio sine qua non* para a estruturação de novos paradigmas de desenvolvimento das potencialidades humanas. Somente quando a

⁸ Cf. Netto (1995).

humanidade for libertada da destrutiva e desumanizadora lógica do capital é que finalmente poderemos experimentar a genuína liberdade tão cara aos escritos de Marx.

Referências Bibliográficas

ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, E. e GENTILI, P. (Orgs). Pós neoliberalismo: As políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. *Os Sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2003.

LAFARGUE, Paul. *O Direito à Preguiça*. Tradução de J. Teixeira Coelho Netto; introdução de Marilena Chauí. São Paulo: Hucitec; UNESP, 1999.

MASCARENHAS, Fernando. *Em busca do ócio perdido: idealismo, panacéia e predição histórica à sombra do lazer*. In: PADILHA, Valquíria (ORG). *Dialética do Lazer*. São Paulo: Cortez, 2006.

NETTO, José Paulo. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal*. 2.ed. São Paulo: Cortez, 1995.

Dener Matteazzi de Jesus

Professor de Educação Física formado pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul e pesquisador do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF.

Edson Marcelo Húngaro

Doutor em Educação Física pela UNICAMP, coordenador do Observatório de Políticas Sociais de Educação Física, Esporte e Lazer do Grande ABC/GEPOSEF e Professor da Universidade Federal de Goiás.